

MATRIZ DE RISCO - PREGÃO ELETRÔNICO 012/2026

Objeto: Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços técnicos contínuos de gestão, coordenação, acompanhamento e apoio à execução do projeto vinculado ao Termo de Convênio FPE nº 2701/2025 (Consulta Popular 2021/2022), celebrado entre o Estado do Rio Grande do Sul e o Consórcio Intermunicipal da Região Nordeste – CIRENOR, compreendendo o planejamento, organização, monitoramento e suporte às ações previstas no Plano de Trabalho, a articulação com os municípios consorciados, o acompanhamento das atividades desenvolvidas, a padronização de procedimentos, a elaboração de materiais técnicos e informativos e o apoio ao cumprimento das metas e resultados estabelecidos, com execução de até 20 (vinte) horas semanais, pelo período de 10 (dez) meses, em conformidade com as diretrizes do convênio e demais documentos que integram o processo.

Considerando a complexidade técnica, operacional e administrativa da presente contratação, bem como a necessidade de assegurar adequada execução dos serviços de adequação e regularização ambiental das agroindústrias beneficiadas, procedeu-se à identificação, análise e avaliação criteriosa dos riscos potencialmente associados à execução contratual, contemplando todas as etapas e obrigações inerentes ao objeto. A presente matriz foi elaborada de forma preventiva e abrangente, considerando riscos relacionados à execução técnica dos serviços, substituição de profissionais, cumprimento de prazos, qualidade das entregas, atendimento às exigências dos órgãos ambientais, fiscalização contratual, rastreabilidade das ações, documentação t

Fase	Risco Identificado	Causa	Impacto	Probabilidade	Nível do Risco	Medidas Preventivas/Mitigadoras	Responsável pela Mitigação	Controle e Acompanhamento
Planejamento	Definição inadequada do escopo contratual	Falha na elaboração dos documentos técnicos	Comprometimento da execução contratual	Baixa	Médio	Elaboração detalhada do DFD, ETP, TR e demais documentos técnicos	Administração	Revisão técnica e jurídica prévia
Planejamento	Exigências técnicas insuficientes	Definição inadequada dos requisitos de contratação	Contratação de empresa sem capacidade técnica	Baixa	Alto	Estabelecimento de requisitos proporcionais à complexidade do objeto	Administração	Conferência da habilitação técnica
Licitação	Restrição indevida da competitividade	Exigências excessivas ou desproporcionais	Impugnações, recursos ou anulação do certame	Baixa	Alto	Compatibilização das exigências com a natureza do objeto	Administração	Análise jurídica e controle interno
Licitação	Apresentação de propostas inexequíveis	Formulação inadequada de preços	Inexecução contratual	Média	Alto	Verificação da exequibilidade das propostas	Pregoeiro/Administração	Análise documental e diligências

Licitação	Formação artificial de preços	Conhecimento prévio do orçamento estimado	Redução da competitividade	Média	Médio	Adoção de orçamento sigiloso	Administração	Controle do sigilo do orçamento
Licitação	Participação de empresa sem capacidade operacional	Apresentação de documentação inconsistente	Deficiência na execução dos serviços	Média	Alto	Exigência de qualificação técnica e operacional compatível	Administração	Conferência documental e diligências
Contratação	Não apresentação do responsável técnico	Descumprimento das exigências de habilitação	Impossibilidade de início da execução	Baixa	Alto	Exigência de comprovação prévia do profissional habilitado	Contratada	Conferência documental
Contratação	Indisponibilidade ou desligamento do responsável técnico	Afastamento, desligamento ou impossibilidade de atuação	Comprometimento da continuidade da execução	Média	Alto	Exigência de substituição imediata mediante anuência prévia	Contratada	Fiscalização contratual
Contratação	Substituição indevida do responsável técnico	Alteração de equipe sem autorização	Prejuízo à qualidade técnica da execução	Média	Alto	Exigência de anuência prévia da Administração	Contratada/Administração	Fiscalização contratual
Execução	Atraso no início dos serviços	Falha operacional da contratada	Comprometimento do cronograma	Média	Alto	Fixação de prazo objetivo para início da execução	Contratada	Controle do cronograma
Execução	Descumprimento do cronograma contratual	Má gestão operacional	Comprometimento das metas do convênio	Média	Alto	Acompanhamento contínuo da execução	Contratada/Administração	Fiscalização periódica
Execução	Execução genérica ou padronizada	Ausência de atendimento individualizado	Ineficiência da solução adotada	Média	Alto	Exigência de execução individualizada por unidade	Contratada	Fiscalização técnica
Execução	Não realização de visitas técnicas	Redução indevida de custos operacionais	Fragilidade técnica das entregas	Média	Alto	Obrigatoriedade de visitas presenciais quando necessárias	Contratada	Relatórios e registros fotográficos
Execução	Impossibilidade de acesso às propriedades	Ausência de acesso ou indisponibilidade do beneficiário	Atraso ou inviabilização das atividades	Média	Médio	Agendamento prévio e articulação com beneficiários	Contratada/Administração	Controle das visitas agendadas
Execução	Prestação de informações	Dados incompletos ou	Atrasos ou inconsistências nos	Média	Médio	Validação documental e formalização das	Contratada/Beneficiário	Conferência documental

	incorretas pelos beneficiários	inconsistentes	processos ambientais			informações prestadas		
Execução	Deficiência técnica nos documentos elaborados	Falta de qualidade técnica	Indeferimento dos processos ambientais	Média	Alto	Revisão técnica e responsabilidade profissional	Contratada	Análise pela fiscalização
Execução	Não atendimento das exigências dos órgãos ambientais	Inconsistências técnicas ou documentais	Retrabalho e atrasos	Média	Alto	Correções obrigatórias sem ônus adicional	Contratada	Acompanhamento contínuo
Execução	Alteração de exigências dos órgãos ambientais	Mudança de entendimento técnico ou normativo	Necessidade de readequações	Média	Médio	Atualização contínua dos procedimentos técnicos	Contratada	Monitoramento dos processos
Execução	Falta de rastreabilidade das ações	Controle inadequado das unidades atendidas	Fragilidade da fiscalização e prestação de contas	Média	Alto	Exigência de controle técnico individualizado	Contratada	Conferência periódica
Execução	Medição indevida de serviços	Tentativa de reconhecimento de etapas incompletas	Pagamentos indevidos	Média	Alto	Medição vinculada à unidade efetivamente concluída	Administração	Validação documental
Execução	Cobrança indevida aos beneficiários	Conduta irregular da contratada	Prejuízo aos produtores e ao convênio	Baixa	Alto	Vedação expressa de cobrança	Contratada	Fiscalização e canais de denúncia
Execução	Falta de atendimento às demandas da Administração	Deficiência de suporte técnico	Prejuízo à condução contratual	Média	Médio	Estabelecimento de prazo máximo de resposta	Contratada	Controle de comunicações
Execução	Ausência em reuniões técnicas	Falta de acompanhamento da execução	Desalinhamento operacional	Média	Médio	Obrigatoriedade de participação quando convocada	Contratada	Registro das reuniões
Execução	Subcontratação irregular	Transferência indevida das atividades essenciais	Comprometimento da execução	Baixa	Alto	Restrição à subcontratação das atividades essenciais	Contratada/Administração	Fiscalização contratual

Execução	Descontinuidade da execução contratual	Insuficiência operacional ou financeira da contratada	Paralisação dos serviços	Baixa	Alto	Verificação da capacidade operacional e financeira	Contratada/Administração	Monitoramento contratual
Execução	Extravio, perda ou uso indevido de documentos e informações	Falhas de controle documental	Prejuízo à execução e violação de dados	Média	Alto	Controle documental e observância da LGPD	Contratada	Fiscalização e conferência documental
Fiscalização	Falhas no acompanhamento contratual	Controle insuficiente da execução	Inconsistências e pagamentos indevidos	Média	Alto	Designação formal de fiscais e acompanhamento contínuo	Administração	Relatórios e conferências
Fiscalização	Inconsistências na prestação de contas	Ausência de documentação comprobatória	Risco de glosa de recursos	Média	Alto	Exigência de comprovação individualizada das ações	Contratada/Administração	Controle documental
Encerramento	Não cumprimento das metas do convênio	Deficiência na execução contratual	Comprometimento do objeto conveniado	Média	Alto	Acompanhamento contínuo das metas	Administração/Contratada	Relatórios periódicos
Encerramento	Perda de prazos vinculados ao convênio	Atrasos acumulados na execução	Risco de prejuízo ao convênio	Média	Alto	Controle rigoroso do cronograma	Administração/Contratada	Monitoramento permanente
Encerramento	Entrega incompleta da documentação final	Falha operacional da contratada	Prejuízo à fiscalização e encerramento contratual	Média	Médio	Conferência final das entregas	Contratada/Administração	Validação documental

écnica, logística operacional, atendimento às metas do convênio, continuidade da execução, responsabilidades da contratada e demais fatores capazes de impactar a adequada execução do objeto e o interesse público envolvido.

A análise realizada demonstra que os riscos identificados podem ser adequadamente mitigados mediante adoção das medidas preventivas, controles administrativos e mecanismos de fiscalização previstos no presente processo, não se verificando impedimentos à viabilidade da contratação. A estruturação da presente matriz de riscos fortalece a segurança jurídica e administrativa da contratação, amplia a capacidade de controle e monitoramento da execução contratual e contribui para a adequada condução dos serviços, permitindo atuação preventiva da Administração diante de eventuais intercorrências, assegurando maior eficiência, rastreabilidade, conformidade técnica e proteção ao interesse público.

Sananduva, 10 de junho de 2026.

ULISSES CECCHIN
DIRETOR EXECUTIVO